ISSN: 2358-8829

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DE ESPAÇOS ESCOLARES DE ESPORTE EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DA BAHIA

Osni Oliveira Noberto da Silva[1]

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte derivado de uma pesquisa guarda-chuva sobre as condições de acessibilidade em espaços esportivos, com foco na inclusão de pessoas com deficiência. O objetivo central foi analisar se quadras e ginásios de instituições públicas de ensino de municípios do interior da Bahia atendem às normas de acessibilidade estabelecidas pela legislação brasileira, especialmente os parâmetros definidos pela ABNT NBR 9050 e pelos princípios assegurados na Lei Brasileira de Inclusão.

A relevância da temática justifica-se pelo fato de que a acessibilidade constitui um direito fundamental e representa condição indispensável para a garantia da participação social, educacional, esportiva e cultural das pessoas com deficiência. No contexto escolar, os espaços destinados às práticas corporais e esportivas assumem papel estratégico na promoção da inclusão, da convivência e do desenvolvimento humano. Entretanto, a existência de barreiras arquitetônicas e comunicacionais pode restringir ou até mesmo impedir o acesso desses sujeitos às atividades esportivas, comprometendo a efetividade das políticas públicas de inclusão.

METODOLOGIA

A investigação adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando como procedimentos metodológicos a observação in loco, registros fotográficos e aplicação de protocolos de análise baseados nas normas técnicas de acessibilidade ABNT NBR 9050.

[1] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEDF) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

ISSN: 2358-8829

Os dados foram coletados de três municípios (Miguel Calmon, Jacobina e Várzea do Poço) do interior da Bahia, permitindo identificar barreiras arquitetônicas, estruturais e comunicacionais que dificultam ou impedem a participação plena de pessoas com deficiência nas práticas corporais e esportivas.

A investigação adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando como procedimentos metodológicos a observação in loco, registros fotográficos e aplicação de protocolos de análise fundamentados nos critérios estabelecidos pela ABNT NBR 9050. A escolha dessa abordagem permitiu compreender não apenas a presença ou ausência de elementos de acessibilidade, mas também o impacto dessas condições na utilização dos espaços pelas pessoas com deficiência.

A análise contemplou aspectos relacionados ao acesso externo e interno dos equipamentos esportivos, circulação, sinalização, condições dos pisos, existência de sanitários adaptados, rampas, corrimãos e demais recursos de acessibilidade. Posteriormente, os dados foram organizados em categorias analíticas, permitindo identificar padrões de inadequação e estabelecer comparações com pesquisas anteriormente realizadas em municípios da mesma região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que os espaços esportivos escolares analisados apresentam um número significativo de inadequações em relação às normas brasileiras de acessibilidade. Embora os equipamentos desempenhem função social essencial para a promoção da educação, do esporte, do lazer e da convivência comunitária, verificou-se que grande parte das estruturas ainda não contempla as condições necessárias para garantir o acesso universal e a participação autônoma de pessoas com deficiência.

Entre as principais barreiras identificadas destacam-se a ausência de rampas ou a existência de rampas construídas fora dos padrões técnicos recomendados, a falta de corrimãos, a inexistência de sinalização tátil e visual, a ausência de sanitários acessíveis e a presença de pisos irregulares que dificultam a mobilidade de usuários com deficiência física ou mobilidade reduzida.

A análise dos dados demonstra que tais problemas não constituem situações isoladas. Os resultados convergem com as evidências encontradas por Barros e Silva (2023) em estudo realizado nos equipamentos públicos de esporte e lazer de Miguel

Calmon-BA. Os autores identificaram a predominância de barreiras arquitetônicas que dificultavam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nos espaços investigados, revelando um cenário de incompatibilidade entre a legislação vigente e as condições estruturais observadas.

De forma semelhante, Deus e Silva (2023), ao analisarem os espaços públicos de esporte e lazer em Jacobina-BA, constataram que a maior parte dos equipamentos avaliados apresentava limitações relacionadas à acessibilidade física, especialmente no que se refere à circulação interna e ao acesso aos diferentes ambientes. Esses resultados reforçam a percepção de que a inadequação da infraestrutura continua sendo um dos principais obstáculos à democratização do acesso ao esporte e ao lazer.

Os dados também apresentam aproximações com os achados de Guilherme e Silva (2023), que investigaram os espaços públicos esportivos do município de Várzea do Poço. Naquela pesquisa, observou-se que a ausência de adaptações arquitetônicas comprometia significativamente a autonomia dos usuários com deficiência, obrigando-os, muitas vezes, a depender do auxílio de terceiros para acessar e utilizar os equipamentos esportivos. Esse aspecto também foi identificado na presente investigação, especialmente em locais onde degraus, desníveis e rotas inacessíveis inviabilizam o deslocamento independente.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à compreensão ampliada da acessibilidade. Os resultados demonstram que as limitações encontradas não se restringem apenas às barreiras físicas. A ausência de sinalização adequada e de recursos de orientação para pessoas com deficiência visual evidencia a necessidade de considerar a acessibilidade comunicacional como parte indissociável da inclusão. Nesse sentido, Oliveira e Silva (2023), ao analisarem a acessibilidade das praças de Jacobina-BA, destacam que o direito ao lazer somente pode ser efetivado quando os espaços públicos são planejados para atender à diversidade humana, contemplando diferentes necessidades de uso, deslocamento e interação.

A análise conjunta dos dados permite inferir que a persistência dessas inadequações está associada, em muitos casos, à ausência de planejamento inclusivo durante a construção dos equipamentos, bem como à insuficiência de investimentos destinados à adaptação e manutenção das estruturas existentes. Consequentemente, mesmo diante dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, observa-se uma

ISSN: 2358-8829

distância significativa entre aquilo que é previsto pelas normas e aquilo que efetivamente se materializa nos espaços esportivos escolares.

Além disso, as condições observadas impactam diretamente o desenvolvimento das atividades de Educação Física e das práticas esportivas inclusivas. Quando os ambientes não oferecem condições adequadas de acesso e segurança, as oportunidades de participação tornam-se limitadas, contribuindo para processos de exclusão que contrariam os princípios da educação inclusiva e dos direitos humanos.

Os estudos desenvolvidos nos municípios de Miguel Calmon, Jacobina e Várzea do Poço demonstram que a problemática da acessibilidade em equipamentos esportivos e de lazer ainda é recorrente na realidade regional, evidenciando a necessidade de investigações que permitam compreender a extensão dessas limitações e subsidiar ações de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a promoção da acessibilidade em espaços de esporte existentes em escolas públicas é condição fundamental para garantir o direito à prática esportiva de forma inclusiva. A pesquisa contribui para ampliar o debate sobre políticas públicas de inclusão no campo da Educação Física escolar e oferece subsídios para gestores, profissionais da área e pesquisadores que atuam na construção de ambientes esportivos mais acessíveis e democráticos.

A convergência entre os achados deste estudo e os resultados obtidos por pesquisas realizadas em Miguel Calmon, Jacobina e Várzea do Poço demonstra que a problemática da acessibilidade representa um desafio regional que demanda ações articuladas entre gestores públicos, profissionais da educação, arquitetos, engenheiros e demais agentes envolvidos na formulação e execução de políticas públicas.

Dessa forma, torna-se imprescindível ampliar os investimentos em infraestrutura acessível, fortalecer os mecanismos de fiscalização do cumprimento das normas técnicas e incorporar os princípios do desenho universal no planejamento dos espaços esportivos escolares. A pesquisa contribui para ampliar o debate sobre inclusão, acessibilidade e cidadania, oferecendo subsídios para futuras intervenções e para a construção de ambientes esportivos mais democráticos, seguros e socialmente inclusivos.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARROS, T. A. ; SILVA, O. O. N. . Acessibilidade dos equipamentos públicos de esporte e lazer de Miguel Calmon-BA. In: Daniel Fernando Ribeiro; Adriano Mesquita Soares. (Org.). **Tópicos Especiais em Ciências da Saúde:** teoria, métodos e práticas 10. 1ªed.Ponta Grossa: Aya Editora, 2023, v. 10, p. 139-154.

DEUS, M. S. R. ; SILVA, O. O. N. . **Acessibilidade dos espaços públicos de esporte e lazer em Jacobina-BA**. 1ª. ed. Belém: RFB Editora, 2023. v. 1º. 122p.

GUILHERME, J. R. ; SILVA, O. O. N. . Acessibilidade dos espaços públicos esportivos da cidade de Várzea do Poço/ Bahia. **Open Science Research XI**. 1ªed.Guarujá: Editora Científica Digital, 2023, v. 11, p. 222-241.

OLIVEIRA, N. J. ; SILVA, O. O. N. . O direito ao lazer para pessoas com deficiência: analisando a acessibilidade das praças da cidade de Jacobina - BA. In: Editora Científica Digital. (Org.). **Open Science Research X**. 1ªed.Guarujá: Editora Científica Digital, 2023, v. 10, p. 263-278.